

O Novotec e a implementação da Reforma do Ensino Médio na rede estadual paulista¹

Novotec and the implementation of the High School Reform in São Paulo state network

*Evaldo Piolli**
*Mauro Sala***

Resumo: o artigo analisa o processo de implementação da Reforma do Ensino Médio, a partir do programa Novotec que introduz o itinerário profissionalizante no sistema público estadual de ensino paulista. Aborda as interfaces desse programa com as Escolas Técnicas Estaduais (ETC's), as escolas do Programa de Ensino Integral (PEI) e o Programa Inova Educação. Concluimos que o Novotec e esse conjunto de programas irão criar uma maior estratificação hierárquica no Ensino Médio do estado, contribuindo para uma formação desigual da força de trabalho para um mercado de trabalho cada vez mais precarizado.

Abstract: the article analyzes the process of implementation of the High School Reform, from the Novotec program that introduces the professionalizing itinerary in the state public system of São Paulo. It addresses the interfaces of this program with the State Technical Schools (ETC's), the schools of the Integral Education Program (PEI) and the Inova Education Program. We conclude that Novotec and this set of programs will create greater hierarchical stratification in the state's high school, contributing to an uneven workforce formation for an increasingly precarious labor market.

Palavra-chave: Política educacional. Reforma do ensino médio. Base Nacional Comum Curricular - BNCC. Ensino profissional.

Keyword: Educational policy. High school reform. Common National Curriculum Base. Professional qualification.

Introdução

Com a aprovação da Reforma do Ensino Médio, em 2017, e a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o Ensino Médio, em dezembro de 2018, se iniciou um amplo processo de reestruturação desse nível da Educação Básica no Brasil. Embora a mudança na legislação federal tenha, por si só, causado uma profunda transformação na concepção do Ensino Médio nacional, é no âmbito dos

¹ Partes desse artigo foram publicados no diário digital <esquerdadiario.com.br>: cf. Sala, 2019a, 2019b e 2019c, bem como Neri; Sala, 2019. Agradecemos Chico Neri pela autorização de publicarmos parte do que escrevemos em conjunto.

* É professor efetivo do Departamento de Políticas, Administração e Sistemas Educacionais (DEPASE) da Faculdade de Educação da UNICAMP. Possui graduação em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1989), mestrado e doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. É líder do Grupo de Pesquisa Trabalho, Saúde e Subjetividade (NETSS). ORCID: <<https://orcid.org/0000.0001.5321.5038>>. E-mail: epiolli@unicamp.br

** Possui bacharelado e licenciatura em Ciências Sociais e mestrado em Educação Escolar pela FCL-UNESP, Araraquara; atualmente cursa o doutorado em Educação na FE-UNICAMP. É professor de Sociologia no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), campus de Hortolândia. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-2718-3826>>. E-mail: mauro.sala1@gmail.com

sistemas de ensino que essas mudanças legais deverão se materializar, sobretudo, nas redes estaduais, que concentram a grande maioria das matrículas do Ensino Médio. Grosso modo, a Reforma do Ensino Médio o dividiu em duas partes: aquela concernente à BNCC, que não poderá ultrapassar mil e oitocentas horas de formação, e os itinerários formativos, divididos em cinco caminhos diferentes, a saber: I - linguagens e suas tecnologias; II - matemática e suas tecnologias; III - ciências da natureza e suas tecnologias; IV - ciências humanas e sociais aplicadas; V - formação técnica e profissional.

Assim, esse artigo busca apreender o processo de implementação da Reforma do Ensino Médio na rede estadual paulista, centrando-se na implementação da BNCC e do itinerário formativo profissionalizante a partir do programa instituído pelo governo paulista chamado Novotec.

O Novotec e a Reforma do Ensino Médio

No primeiro semestre desse ano, o governo de João Doria (PSDB) lançou um programa chamado Novotec. Trata-se de um programa que, segundo seu Portal institucional², visa a trazer “[...] opções de cursos profissionalizantes aos estudantes das escolas estaduais do ensino médio paulista” (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2019c, s/p.). Assim, esses cursos teriam “[...] conteúdo conectado com demandas do mercado de trabalho e da vida fora da escola. Além de preparar o jovem para gerar sua própria renda”(GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2019c, s/p.). Desse modo, o governo acredita que está ajudando o Ensino Médio a se tornar “[...] mais prático e interessante”(GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2019c, s/p.).

O governo paulista lançou esse programa baseando-se em dois diagnósticos: a alta taxa de desemprego entre jovens de 18 a 24 anos, que no estado de São Paulo chega a 27% e o baixo acesso ao ensino profissionalizante entre os jovens que frequentam a rede paulista, que é de 8%, contando apenas as vagas públicas e de 13% com a participação das instituições privadas.

Assim, o programa oferecerá quatro modalidades de cursos profissionalizantes: o Novotec Expresso, que serão “[...] cursos intensivos de 200 horas/aula feitos em um semestre, de forma presencial”(GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2019c, s/p.); o Novotec Móvel, que serão cursos que “[...] vão chegar a você através de unidades móveis - carretas, vans”(GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2019c, s/p.); o Novotec Virtual, onde serão oferecidos cursos online; e o Novotec Integrado, onde “[...] você faz o curso técnico integrado às suas aulas e disciplinas do Ensino Médio, tudo no mesmo período que você estuda”(GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2019c, s/p.).

O governo paulista colocou a meta de atingir 400 mil matrículas por ano até 2022, ou cerca de 30% da rede estadual de Ensino Médio. Para esse ano, o governo diz que o programa “[...] já vai envolver aproximadamente 30.000 matrículas”(GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2019c, s/p.), sendo a maior parte delas “[...] em cursos pilotos oferecidos no segundo semestre pelo Novotec Expresso e Virtual”(GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2019c, s/p.). Trata-se de um projeto que visa a preparar a rede paulista para a implementação da reforma do Ensino Médio aprovada durante o governo de Michel Temer.

² As informações sobre o programa podem ser acessadas em: <<http://www.novotec.sp.gov.br>>.

Ainda segundo o Portal do programa na internet,

[...] a partir de 2021, com a implementação da Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio, os cursos de duração mais curta poderão contar para a carga horária desta etapa do ensino. Isso significa que ao fazer um curso do Novotec o estudante poderá descontar a carga horária do Ensino Médio Regular. (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2019c, s/p.)

Apesar de constar entre as possibilidades do Novotec a modalidade Integrada ao Ensino Médio, veremos que não se trata propriamente de integração. Segundo o governo paulista, “o programa dará oportunidade aos alunos do Ensino Médio de cursarem também o Ensino Técnico de alta qualidade, simultaneamente, e saírem com os dois diplomas”. Depois, contraditoriamente, segue dizendo que “o objetivo é levar esta educação de excelência do Centro Paula Souza para a rede estadual de ensino em larga escala, através da oferta de cursos técnicos integrados ao Ensino Médio da rede regular” (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2019a, s/p.).

Essa formulação segue o disposto na Resolução SE 2, de 19 de janeiro de 2019, que “[...] dispõe sobre a organização curricular de cursos do Ensino Médio articulados à Educação Profissional de Nível Técnico, a serem oferecidos em unidades escolares da rede estadual de ensino, em parceria com o Centro de Educação Tecnológica Paula Souza” (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO/SEDUC, 2019a, s/p.), onde podemos ler que o

[...] curso a ser desenvolvido em parceria implicará, obrigatoriamente, na efetivação de duas matrículas distintas, efetuadas pelo próprio aluno ou por seu responsável legal, sendo uma na escola de Ensino Médio regular e outra na instituição parceira de Educação Profissional de Nível Técnico” (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO/SEDUC, 2019, s/p.).

Entretanto, simultaneidade não é integração. A proposta do Ensino Técnico integrado ao Ensino Médio não visa apenas a simultaneidade, mas sim à sua integração. Por isso, nessa modalidade de ensino, o curso deve ser planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, “[...] na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno” (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2019a, s/p.), conforme podemos ler na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. No projeto do governo paulista, trata-se antes de uma substituição de parte da Educação Básica por um curso técnico concomitante (simultâneo), ou cursos rápidos de qualificação profissional, que passarão a corroer parte da carga horária destinada à formação básica. Isso fica bastante claro quando o governo anuncia uma “[...] grade de 6 aulas por dia” para essas duas formações (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2019a, s/p.).

Segundo o governo, “[...] os cursos são oferecidos de acordo com a demanda dos jovens por profissionalização mais rápida e do mercado de trabalho por mão de obra qualificada para as necessidades atuais” (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2019a, s/p.).

Apesar de não explicitar quais são as “necessidades atuais” de mão de obra qualificada, a sua associação com os cursos rápidos deixa bastante claro que se trata de uma qualificação aligeirada. Embora o mercado de trabalho também solicite uma força de trabalho qualificada, ele demanda, em volumes crescentes, uma força de trabalho embrutecida e adestrada apenas para o trabalho mais simples. É essa qualificação desigual da força de trabalho que o governo paulista quer fornecer em massa.

É por isso que o governo iniciará seu programa oferecendo “[...] 5,4 mil vagas do Ensino Médio integrado com o Técnico em 6 aulas diárias”; 23 mil vagas em “cursos de curta duração (200 horas) para qualificação profissional” (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2019a, s/p.) pelo Novotec Expresso; 1,5 mil vagas também em cursos de qualificação profissional de curta duração pelo Novotec Móvel; e 3 mil vagas em cursos de 200 e 400 horas oferecidos a distância pelo Novotec Virtual (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2019a, s/p.).

O governo busca justificar sua escolha apoiando-se numa enquete feita entre os estudantes da rede estadual paulista, como se fosse uma escolha dos estudantes, dizendo que “[...] 39% dos jovens entre 15 e 17 anos afirmam que o foco da escola precisa ser ‘preparar para o mercado de trabalho’” (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2019a, s/p.) e que essa opção foi a mais votada entre as 6 disponíveis “[...] incluindo ‘preparar para o Enem’” (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2019a, s/p.), como podemos ler no portal institucional do programa. Dessa forma, o governo busca criar uma oposição entre a formação para o trabalho - reduzida à formação para o mercado de trabalho - e a formação para o prosseguimento dos estudos. Recoloca de maneira explícita a dualidade estrutural da escola no capitalismo e reduzindo a formação dos filhos e filhas da classe trabalhadora para uma formação para o trabalho, seja lá que trabalho for, ainda mais num contexto de crise e de alto desemprego.

A resolução SE 2/2019 e a definição da BNCC no estado de São Paulo

Como sabemos, a Reforma do Ensino Médio se completaria com a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que foi aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologada pelo MEC em dezembro do ano passado. As duas medidas, não estabeleceram o rol de disciplinas que deverão ser ministradas. Tal é o exemplo da reforma do ensino médio que se limitou a dizer, nos parágrafos 2, 3 e 4 do artigo 35-A da LDBEN, que:

§ 2º A Base Nacional Comum Curricular referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia.

§ 3º O ensino da língua portuguesa e da matemática será obrigatório nos três anos do ensino médio, assegurada às comunidades indígenas, também, a utilização das respectivas línguas maternas.

§ 4º Os currículos do ensino médio incluirão, obrigatoriamente, o estudo da língua inglesa e poderão ofertar outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol, de acordo com a disponibilidade de oferta, locais e horários definidos pelos sistemas de ensino. (BRASIL, Lei n 13.415/2017).

No parágrafo 5º do mesmo artigo, ficou estabelecido que “[...] a carga horária destinada ao cumprimento da Base Nacional Comum Curricular não poderá ser superior a mil e oitocentas horas do total da carga horária do ensino médio, de acordo com a definição dos sistemas de ensino” (BRASIL, Lei n 13.415/2017). Assim, na lógica da definição da BNCC por “áreas de conhecimento”, e não por disciplinas, foi feita a BNCC pelo CNE e depois homologada pelo MEC. A questão das disciplinas que seriam efetivamente oferecidas, bem como sua carga horária, ficariam a cargo de cada rede de ensino.

De qualquer modo, dada a limitação à mil e oitocentas horas destinadas à BNCC, já poderíamos prever que haveria redução da carga horária em diversas disciplinas do Ensino Médio, mas a questão concreta de como seria sua implementação na rede paulista ainda não estava clara. Assim, a Resolução SE 2, de 19 de janeiro de 2019, publicada pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEDUC/SP), passa a ter muita importância, já que é a primeira Resolução da Secretaria da Educação que busca implementar a nova BNCC, quantificando sua carga horária e as disciplinas que a comporá.

É importante notar que essa Resolução foi publicada pouco mais de um mês após o MEC homologar a BNCC para o Ensino Médio, o que se deu apenas em 14 de dezembro de 2018. Esse fato demonstra como a SEDUC/SP não buscou fazer nenhum tipo de debate e/ou consulta mais ampla, não possibilitando a participação de todos os setores envolvidos com a educação pública paulista. Vale notar também que Rossieli Soares, atual Secretário de Educação de São Paulo, foi o Ministro da Educação que homologou a BNCC no apagar das luzes do governo Temer.

Embora a Resolução SE 2/2019 trate de uma parceria específica com o Centro Paula Souza para o oferecimento de cursos do Ensino Médio articulados à Educação Profissional de Nível Técnico, que se tornaria a base do Novotec, ela explicita a visão que a SEDUC/SP tem de como implementar a Reforma do Ensino Médio e de como organizar as disciplinas da BNCC. Assim consta o quadro de disciplinas da BNCC na Resolução SE 2/2019:

Quadro 1: disciplinas da BNCC na Resolução SE 2/2019

	Componentes Curriculares	Carga Horária em Horas-aula				Carga Horária em Horas
		1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	Total	
		2019	2020	2021		
Base Nacional Comum Curricular	Língua Portuguesa, Literatura e Comunicação Profissional	120	120	120	360	300
	Língua Estrangeira Moderna – Inglês e Comunicação Profissional	80	80	80	240	200
	Matemática	120	120	120	360	300
	Arte	80	-	-	80	67
	História	80	80	-	160	133
	Geografia	80	80	-	160	133
	Física	80	80	-	160	133
	Química	80	80	-	160	133
	Biologia	80	80	-	160	133
	Educação Física	80	80	-	160	133
	Filosofia	-	40	-	40	33
	Língua Estrangeira Moderna – Espanhol	-	-	*	*	*
	Sociologia	-	-	40	40	33
	Total da Base Nacional Comum Curricular	880	840	360	2080	1733

Fonte: Anexo II da Resolução SE 2/2019.

Vemos que todas as disciplinas, com exceção de Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Matemática saem da grade em pelo menos um ano do Ensino Médio. Mesmo Língua Portuguesa e Matemática terão suas cargas horárias reduzidas na proposta do governo.

Assim, disciplinas como Química, Física, História, Geografia, Biologia, Educação Física ficarão reduzidas adois anos do Ensino Médio. Arte, Filosofia e Sociologia sóserão oferecidas em um ano, sendo que Sociologia e Filosofia terão uma carga total de apenas 33 horas durante todo o Ensino Médio. A carga horária de todas essas disciplinas serão substituídas pela formação profissional, que nos leva a pensar no processo que Laval (2004) identificou como “profissionalização do currículo”.

Essa mudança trará enorme impacto para os professores e professoras da rede paulista que sofrerão com a redução no número de aulas de suas disciplinas,

tendendo a ter que cumprir suas jornadas em cada vez mais escolas, podendo, inclusive, redundar num amplo processo de demissões, além de significar um prejuízo para a formação geral dos estudantes.

Qual o tipo de formação profissional o Novotec oferecerá?

Lembrando novamente, o Novotec oferecerá quatro modalidades de cursos profissionalizantes: o Novotec Expresso, com “[...] cursos intensivos de 200 horas/aula feitos em um semestre, de forma presencial”(GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2019c, s/p.); o Novotec Móvel, que serão cursos que “[...] vão chegar a você através de unidades móveis - carretas, vans” (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2019c, s/p.); o Novotec Virtual, onde serão oferecidos cursos online; e o Novotec Integrado, onde “[...] você faz o curso técnico integrado às suas aulas e disciplinas do Ensino Médio, tudo no mesmo período que você estuda” (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2019c, s/p.). Assim, apesar de se chamar Novotec, os cursos técnicos só estão disponíveis para o Novotec Integrado. Para todas as outras opções serão oferecidos cursos curtos de qualificação profissional de 200 horas presenciais e 400 horas para a modalidade online.³

Lembrando de a definição de Mészáros de que, “[...] além da reprodução, em escala ampliada, das múltiplas habilidades sem as quais a atividade produtiva não poderia ser levada a cabo”(MÉSZÁROS, 2006, p. 264), o sistema educacional da sociedade também é responsável “[...] pela produção e reprodução da estrutura de valores no interior da qual os indivíduos definem seus próprios objetivos e fins específicos” (MÉSZÁROS, 2006, p. 264), vemos que o Novotec, mais do que atuar na formação das “[...] múltiplas habilidades sem as quais a atividade produtiva não poderia ser levada a cabo”(MÉSZÁROS, 2006, p. 264), atua, sobretudo, na “produção e reprodução da estrutura de valores” (MÉSZÁROS, 2006, p. 264) capitalista.

Isso fica bastante claro quando vemos os cursos que o Novotec está oferecendo. Na modalidade do Novotec Integrado, dos sete cursos técnicos oferecidos, cinco são da área de “Gestão e Negócios” e dois da área de “Informação e Comunicação”. Assim, serão oferecidos cursos como técnico em administração, em logística, em marketing, em recursos humanos, contabilidade, técnico em informática para internet e em desenvolvimento de sistemas.

Ou seja, o governo optou por cursos de baixos custos, já que não demandam grandes laboratórios e equipamentos, e alta taxa de inculcação ideológica, já que diretamente ligados à gestão e negócios capitalistas. É claro não se trata de formar verdadeiros gestores do capital. Trata-se, antes, de convencer a juventude que a precariedade das suas próprias vidas faz parte da racionalidade do modo de produção capitalista.

Nas outras modalidades do Novotec, que oferecerão cursos rápidos de qualificação profissional, os cursos oscilam entre cursos da área de “Gestão e Negócios” e cursos da área de “Informação e Comunicação”, tendo apenas um curso, horticultor orgânico, vinculado a área de “Recursos Naturais” e um único curso, auxiliar de atividades de laboratório químico, ligado à área de “Produção Industrial”. Nessas modalidades do Novotec, teremos cursos que vão de técnicas de vendas,

³ Para acessar os cursos disponíveis pelo Novotec, ver: <<http://www.novotec.sp.gov.br/Modalidades/Escolher>>.

auxiliar técnico em logística, gestão de pequenos negócios à Excel aplicado à área administrativa, programação básica para Android e youtube - videomaker, sempre com cursos de qualificação profissional de 200 horas presenciais ou cursos onlines de 400 horas distribuídas em dois semestres.

A meta do governo, conforme consta do Anexo II do Projeto de Lei para a instituição do Plano Plurianual (2020-2023)⁴, visa a atingir 23 mil vagas de cursos técnicos ofertadas no Novotec Integrado (SÃO PAULO, 2019b, p. 65) e mais 938.000 para as modalidades do Novotec que prevê a oferta de cursos curtos de qualificação profissional (SÃO PAULO, 2019b, p. 72). Isso mostra o peso expressivo que os cursos curtos de qualificação terão no âmbito do programa.

Dessa forma, vemos que a formação profissional dada pelo Novotec será bastante precária, seja pelo tipo de curso que será oferecido - preferencialmente cursos curtos de qualificação profissional -, seja pelas áreas de atuação deles.

O peso que as áreas de "Gestão e Negócios" e "Informação e Comunicação" desempenha no Novotec nos mostra a opção do governo paulista de fazer da formação profissional um espaço de formação da ideologia burguesa. De um lado, a pura e simples reprodução das cartilhas empresariais e de autoajuda do mundo dos negócios, com seu grau elevadíssimo de autorresponsabilização e gestão da subjetividade (HELOANI, 2018) que elas contém. De outro, a difusão da ideia sobre as profissões do futuro que, no mais das vezes, conhecem relações de trabalho extremamente flexíveis e incertas, visando formar, sobretudo, o trabalhador "autônomo" e o "freelancer".

Por que começar pelo itinerário profissionalizante?

A opção do governo paulista de começar a Reforma do Ensino Médio pelo itinerário profissionalizante denota o tipo de educação tecnicista que ele busca implementar. Na falta de maiores informações do que seriam os outros itinerários formativos, o governo optou por iniciar sua reforma pelo itinerário que tem maior demanda e aceitação por parte da população em geral.

Mas também tem outro fator importante nessa escolha: a possibilidade de externalização de parte da formação da educação básica que esse itinerário representa.

Lembrando que o § 6º do artigo 36 da Reforma do Ensino Médio permitiu que "[...] a critério dos sistemas de ensino", a oferta de formação com ênfase técnica e profissional considerará: II - a possibilidade de concessão de certificados intermediários de qualificação para o trabalho, quando a formação for estruturada e organizada em etapas com terminalidade" (BRASIL, Lei n 13.415/2017).

Essa disposição, articulada com § 11 do mesmo artigo, que diz que "[...] para efeito de cumprimento das exigências curriculares do ensino médio, os sistemas de ensino poderão reconhecer competências e firmar convênios com instituições de educação a distância com notório reconhecimento" (BRASIL, Lei n 13.415/2017), aceitando como formas de comprovação a demonstração prática; a experiência de trabalho supervisionado ou outra experiência adquirida fora do ambiente escolar; as atividades de educação técnica oferecidas em outras instituições de ensino credenciadas; os cursos oferecidos por centros ou programas ocupacionais; os

⁴ O Projeto de Lei 924/2019, para instituição do Plano Plurianual enviado pelo executivo estadual para a ALESP em agosto de 2019, pode ser conferido em: <<http://www.ppa.sp.gov.br/ppa2023/ProjetoLei>>. (acessado em: 15 set. 2019).

estudos realizados em instituições de ensino nacionais ou estrangeiras e; os cursos realizados por meio de educação a distância ou educação presencial mediada por tecnologias (BRASIL, Lei n 13.415/2017), possibilitou um processo de exteriorização quase total da formação profissional.

Por isso, nenhuma das modalidades do Novotec se realizará a partir da própria estrutura da escola que o aluno frequenta. A parceria com o Centro Paula Souza para o oferecimento de cursos técnicos é apenas a ponta mais vistosa desse programa, sendo a formação profissional “estruturada e organizada em etapas com terminalidade” sua tônica.

A externalização desse itinerário formativo também vem acompanhado por uma imensa estratificação da formação profissionalizante que os jovens receberão. Não é demais lembrar que o Novotec contempla quatro modalidades de formação e que, dessas, três dizem respeito a cursos curtos de qualificação profissional, que segundo o próprio governo será a grande maioria das vagas já no primeiro ano de implementação do programa. Até mesmo a substituição da escolarização presencial por cursos online já está prevista no programa.

Quais as garantias que o Novotec oferece aos estudantes?

Diante da proposta de externalização de parte da formação do Ensino Médio pelo Novotec, temos que nos perguntar que tipo de garantias os estudantes terão de que poderão acessá-la.

O que vemos é que a precariedade da proposta do governo se traduz também na precariedade das garantias que ele oferece para que os estudantes possam efetivamente frequentar esse programa. Apesar de não ter nenhuma garantia que essa formação se dará na unidade escolar, nem mesmo em uma instituição próxima, o governo não oferecerá transporte para esse deslocamento. No *site* do programa⁵, ele se reduz a dizer que “[...] você pode usar o sistema de transporte público que tem na cidade”.

Também chama atenção que o governo não garantirá alimentação nesses locais. Segundo ele afirma, “como você normalmente se alimenta de uma refeição na sua escola, no local do curso poderá ser ofertado um lanche no momento do intervalo”(GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2019c, s/p.). Ou seja, o local dos cursos “poderão”, e não deverão, oferecer um lanche no momento do intervalo. A questão é que os tempos de deslocamento para a participação no programa poderá inviabilizar que o estudante possa se alimentar na escola de origem, já que o transporte público, muitas vezes, não garante a agilidade necessária para esse deslocamento.

Nessa mesma toada, o governo não oferecerá nenhum tipo de auxílio e/ou bolsa para o estudante que frequentar o Novotec, já que “[...] nós acreditamos que esse curso poderá te beneficiar de várias maneiras”(GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2019c, s/p.).

Ou seja, à precariedade dos cursos oferecidos se soma a precariedade na política de acesso a eles.

⁵ Para ver as garantias que os estudantes terão em relação ao Novotec, acessar as dúvidas frequentes sobre o programa: <<http://www.novotec.sp.gov.br/FAQ>>

A Reforma do Ensino Médio e o Novotec nas Escolas Técnicas Estaduais (ETEC's)

A implementação da Reforma do Ensino Médio não afetará somente o Ensino Médio na rede regular de ensino vinculada à Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Ela também terá impacto direto nas Escolas Técnicas Estaduais (ETEC's) vinculadas ao Centro Paula Souza.

Já desde 2018, antes mesmo da homologação da BNCC, o governo paulista buscou implementar a Reforma do Ensino Médio nas ETEC's. Segundo podemos ler no *site* do Centro Paula Souza, “[...] o ano de 2018 ficou marcado pelo pioneirismo do Centro Paula Souza (CPS) em oferecer novas modalidades de Ensino Médio em adequação à reforma para a educação básica, aprovada em 2017” (CENTRO PAULA SOUZA, 2019, s/p).

Desse modo, foram implementadas novas vertentes de ensino para o processo seletivo de 2019. Passaram, então, a oferecer o Ensino Médio com Habilitação Técnica Profissional (M-Tec), “[...] onde o estudante cursa em um único período disciplinas da grade curricular comum e do curso técnico de escolha”, segundo o Centro Paula Souza, com “[...] cursos de 2.800 a 3.000 horas, diluídas em três anos de estudo” (CENTRO PAULA SOUZA, 2019, s/p.).

Além dos cursos do M-Tec, o governo também criou cursos de Ensino Médio com Qualificação Profissional, “[...] em que a carga da matéria profissionalizante é menor, de 600 horas, habilitando o aluno a exercer algumas funções no mercado de trabalho”, segundo o Centro Paula Souza (CENTRO PAULA SOUZA, 2019, s/p.).

A distinção entre cursos técnicos e de qualificação profissional pode passar despercebida por alguns, mas são dois caminhos bastante diferentes quando discutimos a educação profissional da juventude.

O próprio governo deixa claro a diferença entre eles num quesito fundamental como o tempo e a carga horária para a formação. No *site* do Centro Paula Souza, podemos ler que “[...] o Ensino Médio com Habilitação Técnica tem de 2.800 a 3.000 horas de carga horária ao longo dos três anos, cursadas em um único período (manhã ou tarde)” (CENTRO PAULA SOUZA, 2018, s/p.).

Já o

Ensino Médio com Qualificação Profissional tem 2.400 horas de carga horária ao longo dos três anos, também cursadas em um único período (manhã ou tarde). São 1.800 horas para os componentes da Base Curricular Comum e mais 600 para a área diversificada. Trata-se da carga mínima estabelecida pela nova lei no período de transição (depois de 2022, os cursos terão de oferecer 3.000 horas) (CENTRO PAULA SOUZA, 2018, s/p.).

Além do Ensino Médio Regular, com 2.500 horas, atualmente as Etecs oferecem o Ensino Técnico integrado ao Ensino Médio (Etim), que tem de 3.600 a 4.100 horas e os cursos técnicos concomitantes e subsequentes, com carga horária de 1.200 a 1.600 horas (CENTRO PAULA SOUZA, 2018, s/p.).

Só por essas cargas horárias, já podemos perceber que a implementação da Reforma do Ensino Médio nas ETEC's promoverá uma maior estratificação das matrículas em suas instituições, com uma clara gradação que vai dos cursos de Ensino Médio com Qualificação Profissional, o Ensino Médio com Habilitação Técnica, até o Ensino Técnico integrado ao Ensino Médio.

Mesmo que o governo diga que não se trata de substituição do Ensino integrado por essas novas modalidades, fica a questão: como o Ensino Técnico integrado ao Ensino Médio vai sobreviver diante da criação de cursos profissionalizantes mais rápidos e mais baratos no interior de uma mesma instituição a partir da implementação da Reforma do Ensino Médio?

O que fica claro é que se implementa um processo de distinção hierárquica entre essas modalidades de cursos profissionalizantes de nível médio no interior das ETEC's, a questão é saber até onde os cursos de Ensino Técnico integrados ao Ensino Médio poderão sobreviver, já que, formalmente, os cursos de Ensino Médio com Qualificação Profissional e com Habilitação Técnica poderão facilmente substituí-los diante da “opinião pública”.

Além de ter que conviver com essa distinção hierárquica em seu interior, a implementação do Novotec trará novas dificuldades para as Escolas Técnicas Estaduais do São Paulo.

A parceria firmada com a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo para o oferecimento dos itinerários profissionalizantes, constante na Reforma do Ensino Médio, para os estudantes da rede regular, pode ser um fator que favoreça o abandono por parte das ETEC's de qualquer participação na educação básica que não seja o oferecimento do itinerário profissionalizante, seja com cursos curtos de qualificação profissional, seja com cursos técnicos.

Isso fica bastante claro no Projeto de Lei para a instituição do Plano Plurianual (2020-2023) encaminhado para a Assembleia Legislativa por iniciativa do governo. No anexo II do referido projeto, vemos que a meta para o Ensino Médio das escolas do Centro Paula Souza é sua redução. A meta estabelecida é de redução de 17.923 matrículas no Ensino Médio do Centro Paula Souza para 5.782 ao final de 2023 (SÃO PAULO, 2019b, p. 64).

O que se coloca é a transformação das ETEC's em uma instituição auxiliar para a implementação do itinerário profissionalizante da Reforma do Ensino Médio, descaracterizando-as completamente.

As ETEC's, embora tenham sua ênfase no ensino profissional, também desempenham um importante papel na educação básica, sendo grande parte das melhores escolas públicas estaduais de São Paulo.

Reduzir as ETEC's à linha auxiliar do itinerário profissionalizante e à implementadorado Novotec, sobretudo pelo peso que os cursos curtos de qualificação profissional têm em relação aos cursos técnicos nesse programa, é retirar qualquer papel de desenvolvimento profissional ligado ao desenvolvimento tecnológico nessas instituições.

É claro que deve haver uma maior aproximação entre as ETEC's e a rede regular de ensino. Entretanto, ela deveria seguir muito mais o caminho de elevação da rede regular às melhores experiências das ETEC's do que adaptar essas últimas à precarização geral que a Reforma do Ensino Médio está implementando. O fortalecimento do Ensino Técnico integrado ao Ensino Médio, seria um bom primeiro passo.

O Inova e as Escolas de Tempo Integral como outros caminhos para a Reforma do Ensino Médio na educação paulista

A lógica que presidiu a Reforma do Ensino Médio foi a da diversificação dos itinerários formativos, combatendo a ideia de que o Ensino Médio, como etapa da Educação Básica, deveria ter um caminho único. Mas se o Novotec busca implementar o itinerário profissionalizante na rede paulista, como ficarão os outros itinerários formativos?

Para responder essa questão, temos que ficar atentos a outras transformações e mudanças que vem ocorrendo na rede estadual paulista, como o aumento das Escolas de Tempo Integral e o projeto Inova.

O anúncio feito pelo governo de expansão das Escolas de Tempo Integral, por um lado, e o Projeto Inova, que busca “[...] ampliar para toda a rede as experiências exitosas do Programa Ensino Integral (PEI) e da Escola de Tempo Integral (ETI)” (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO/SEDUC, 2019b, s/p.), por outro, são os caminhos que o governo paulista busca para implementar a lógica de diferenciação do Ensino Médio nas escolas paulistas contida na Reforma do Ensino Médio.

A própria ideia de “[...] ampliar para toda a rede as experiências exitosas” (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO/SEDUC, 2019b, s/p.) das Escolas de Tempo Integral “[...] sem trazer para as escolas regulares o regime de dedicação à unidade, e tampouco o aumento salarial que ocorre nessas escolas pela via da gratificação” (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO/SEDUC, 2019b, s/p.) demonstra o limite desse projeto. E mais, a própria ideia de “experiência exitosa” precisa ser posta em questão. O projeto das Escolas de Tempo Integral é

[...] marcado em vários aspectos por parâmetros competitivos e produtivistas entre os professores, combinado com insegurança e instabilidade, já que são submetidos à pressão pelos resultados e contínuas avaliações para se manterem na escola. Além disso, se foi possível que muitas dessas escolas conseguissem aumentar seu índice no IDESP, foi porque foi operado um processo de seleção de perfil econômico e cultural de estudantes” (FULFARO, 2019, s/p.).

Um estudo realizado por pesquisadores da USP, nos mostra os efeitos da implementação das Escolas de Tempo Integral na cidade de São Paulo:

É possível perceber que o desempenho das escolas PEI no IDESP é muito superior às outras unidades. É importante ressaltar que as unidades PEI tinham um resultado pior que as do entorno em 2011, anterior, portanto, ao processo de adesão ao Programa, ocorrendo uma inversão dos resultados em 2016. Após a adesão, mais de 70% apresentam resultados acima da média, chegando a 90% nos anos finais do ensino fundamental. O mesmo resultado, todavia, não é verificado nas escolas regulares do entorno que, no mesmo período, apresentaram piora nas avaliações em relação às médias do estado (GIROTTI et al., 2018, p. 12).

Assim, vemos que, apesar de ter havido melhora no desempenho das escolas que aderiram ao Programa Ensino de Tempo Integral do governo paulista, ela se deu simultaneamente a uma piora das escolas do entorno, contribuindo para o aumento da desigualdade na rede estadual. Segundo a síntese de Ana Carolina Fulfaro:

Na cidade de São Paulo, as escolas integrais foram instaladas justamente em regiões com baixo índice de vulnerabilidade social, com menores taxas de analfabetismo e com maior acesso a serviços públicos, transporte público, museus, etc. o que atraiu um determinado perfil de estudantes. Ademais, estudantes que trabalhavam ou que não se adaptaram às exigências, eram obrigados a sair das escolas. Ou seja, os resultados que depois vão embasar a narrativa de que a lógica de gestão empresarial é responsável pelos êxitos,

são obtidos em detrimento dos direitos de uma parcela dos estudantes que frequentavam as escolas. O estudo mostra com dados de 2011 e 2016 que ao passo que as escolas PEIs passam a ter desempenho no IDESP muito superior às outras escolas do entorno, no mesmo período essas escolas do entorno têm uma piora nas avaliações. Isto é, a desigualdade entre as escolas aumenta (FULFARO, 2019, s/p.).

Também temos que levar em conta que, nas escolas que assumem o Ensino de Tempo Integral, o período noturno é fechado.

Se do ponto de vista dos estudantes e da rede as PEIs significaram seleção e desigualdade, do ponto de vista dos professores elas significam maior controle burocrático de seu trabalho. Com o bônus salarial e a dedicação exclusiva também vieram novos processos de gestão por resultados, o que tem levado a um aumento de pressão sobre os professores e professoras, também devido à própria instabilidade que a participação nas PEIs gera, já que os professores podem ser aceitos ou rejeitados por “não se adequarem ao projeto”.

Assim, o Inova (que é uma parceria do governo do estado com o Instituto Ayrton Senna), baseando-se nessa “experiência exitosa”, começará com uma pequena mudança curricular onde

[...] ao invés de 6 aulas de 50 minutos cada, a partir de 2020 serão 7 aulas com 45 minutos todas as manhãs e tardes, aumentando o tempo total por período escolar e reduzindo em 5 minutos o tempo de cada aula das disciplinas que já fazem parte do currículo para a inserção das disciplinas de Projeto de vida, tecnologia, e matérias eletivas, fragmentando ainda mais o tempo da escola. (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO/SEDUC, 2019b, s/p.).

Não podemos ter dúvida de que a aceitação do currículo paulista baseado na BNCC coloca essa pequena mudança apenas como um passo para uma transformação muito mais profunda, já que o disposto na LDBEN reformada por Temer, de que a BNCC deverá ter, no máximo, mil e oitocentas horas também valerá para essas escolas.

Programa de Escolas em Tempo Integral (PEI), Inova e Novotec: caminhos diversos para adaptar a juventude para um capitalismo em crise

Voltando àquela definição de István Mészáros, de que a educação seria solicitada num duplo sentido, reproduzindo, em escala ampliada, as “múltiplas habilidades sem as quais a atividade produtiva não poderia ser levada a cabo, ao mesmo tempo que produz e reproduz a “[...] estrutura de valores no interior da qual os indivíduos definem seus próprios objetivos e fins específicos” (MÉSZÁROS, 2006, p. 264), podemos perceber como essa reforma do ensino se situa na relação entre qualificação necessária para processo de trabalho e a reprodução da ideologia que legitima o sistema de produção dominante.

Quando voltamos novamente nossa atenção para as políticas que o governo Doria quer implementar no Ensino Médio paulista, podemos perceber claramente para onde caminham esses elementos.

Nesse sentido, o Novotec se apresenta como uma proposta de formação bastante precária - já que terá o grosso de suas matrículas em cursos rápidos de

qualificação profissional -, o que nos diz bastante sobre quais são as reais necessidades do mercado de trabalho. O tipo de formação aligeirada que esse programa busca implementar responde a uma necessidade de uma força de trabalho para a execução de trabalhos simples e desqualificados.

Num momento de alto desemprego, que entre a juventude ultrapassa os 27%, e de uberização do trabalho (ou de rappinização para a juventude mais precária), o próprio sentido de “mercado de trabalho” mostra sua verdadeira face. Daí o governo já incluir no seu projeto a ideia de “preparar o jovem para gerar sua própria renda”, o que não tem, no quadro dessa proposta, nenhuma semelhança com o empreendedorismo ou com as *startups* de sucesso propagandeadas pela ideologia burguesa, mas com a flexibilização e estratégias de sobrevivência de um mercado de trabalho cada vez mais desregulamentado e desprofissionalizado, realidade essa de um setor cada vez maior da classe trabalhadora. A formação profissional a ser ofertada pelo Novotec irá se relacionar com essa vivência da precariedade.

Nessa pretensa formação profissional que o governo quer oferecer, uma formação para o trabalho precário e desprofissionalizado, já está contida também um elemento que prepara para o simples desemprego e as estratégias do “se virar”, cada vez mais comuns na sociedade (ANTUNES, 2017).

Por outro lado, o Inova vem acompanhado pelo discurso do “desenvolvimento das habilidades cognitivas e socioemocionais” que preparariam os jovens para um mundo “em constante mudança”.

Segundo Mauro Sala, o discurso das competências socioemocionais está ligado à “[...] uma proposta que visa formar uma personalidade adaptada à competição que os jovens trabalhadores terão que se submeter cada vez mais no mercado capitalista em constante crise” (SALA, 2017,s/p).

Não é casual que propostas como “projeto de vida” e “tecnologias” serão complementadas com “empreendedorismo”. Como bem explicou o professor Luiz Carlos Freitas,

[...] a ênfase recente em ensinar na escola as tais habilidades socioemocionais às crianças, entre elas a resiliência, tem a ver com esta preocupação de que os jovens vão se enfrentar com a precarização e com as instabilidades e incertezas no mundo do trabalho, por um lado. Por outro, tem a ver com o grau em que a juventude de um país possui as competências para “aceitar” estas novas formas de organização do trabalho (FREITAS, 2016).

Trata-se de promover na escola o “[...] desenvolvimento intencional de competências socioemocionais”, como escreveu Viviane Senna (2017), uma das parceiras do projeto, para uma competição num mercado de trabalho cada vez mais restrito e precário.

Já as Escolas de Tempo Integral buscarão se manter como uma escola pública diferenciada, buscando manter de pé a ideologia da “função integradora da educação”. Seu processo excludente, seja pelas exigências burocráticas, seja pelo simples fato de ser em tempo integral, fará dessas escolas pequenos nichos de qualidade em uma rede cada vez mais sucateada, aumentando a desigualdade no interior da rede estadual. Ela servirá antes como elemento de propaganda do governo do que de melhoria geral da educação.

O que se desenha é uma rede cada vez mais estratificada, buscando adaptar a educação da juventude trabalhadora para um mercado de trabalho também cada vez mais estratificado, buscando fazer da adaptabilidade seu fundamento. O que se coloca é a formação desigual das habilidades necessárias para o processo de trabalho

cada vez mais precário e a inculcação de uma estrutura de valores para tentar fazer da precariedade um simples desafio. Nesse quadro, diante da degradação das habilidades necessárias para o processo de trabalho, a ideologia ganha maior preponderância. Enfim, trata-se de uma reforma que quer fazer da precariedade da educação uma preparação para a precariedade do trabalho e da vida.

Referências

ANTUNES, Ricardo. Uberização do trabalho: subsunção real da viração. **Blog da Boitempo**, 22/02/2017. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2017/02/22/uberizacao-do-trabalho-subsuncao-real-da-viracao/>>. Acessado em: 06 set. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm#art4>. Acessado em: 06 set. 2019).

CENTRO PAULA SOUZA. **Etecs iniciam aulas dos cursos adaptados às exigências da Reforma do Ensino Médio**, 15 de fevereiro de 2018. Disponível em: <<https://www.cps.sp.gov.br/etecs-iniciam-hoje-aulas-dos-cursos-adaptados-as-exigencias-da-reforma-do-ensino-medio/>>. Acessado em: 06 set. 2019.

CENTRO PAULA SOUZA. **CPS amplia oferta de modalidades de Ensino Médio em 2019**, 3 de janeiro de 2019. Disponível em: <<https://www.cps.sp.gov.br/cps-amplia-oferta-de-novas-modalidades-de-ensino-medio-em-2019/>>. Acessado em: 06 set. 2019.

FREITAS, Luiz Carlos de. Uberização, OCDE e habilidades socioemocionais. **Avaliação Educacional – Blog do Freitas**. 20/12/2016. Disponível em: <<https://avaliacaoeducacional.com/2016/12/20/uberizacao-ocde-e-habilidades-socioemocionais/>>. Acessado em: 06 set. 2019.

FULFARO, Ana Carolina. INOVA, a educação do desemprego e da precarização. **Esquerda Diário**, 02 de agosto de 2019. Disponível em: <<http://www.esquerdadiario.com.br/INOVA-a-educacao-do-desemprego-e-da-precarizacao-29944>>. Acessado em: 06 set. 2019.

GIROTTTO, Eduardo Donizeti et al., “Geografia e desigualdade: o caso do programa de ensino integral do Estado de São Paulo”. In: **XV Coloquio Internacional de Geocrítica Las ciencias sociales y la edificación de una sociedad post-capitalista Barcelona**, 7-12 de maio de 2018. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/XV-Coloquio/GirottoPassos.pdf>>. Acessado em: 06 set. 2019.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **São Paulo lança programa de ensino técnico profissionalizante Novotec**. 01/03/2019a. Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/governo-de-sp-lanca-programa-de-ensino-tecnico-profissionalizante-novotec/>>. Acessado em: 06 set. 2019.

O Novotec e a implementação da Reforma do Ensino Médio na rede estadual paulista

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Anexo II - Programas, Metas e Recursos do Projeto de Lei no 924 que institui o Plano Plurianual - PPA** para o quadriênio 2020-2023, de 15 de agosto de 2019b. Disponível em: <<http://www.ppa.sp.gov.br/ppa2023/ProjetoLei>>. Acessado em: 15 set. 2019.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Novotec - conecte educação com o mercado de trabalho**. Disponível em: <<http://www.novotec.sp.gov.br/>>. Acessado em: 15 set. 2019c.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO/SEDUC - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Resolução SE 2, de 18 de janeiro de 2019a**. (Disponível em: <<http://www.educacao.sp.gov.br/lise/sislegis/detresol.asp?strAto=201901180002&fbclid=IwAR32bf3MwucdDephoquoTgQHoqMgCpmOtdcVMmHU5xxdIyC6gWD4FAbH1Nc>>. Acessado em: 06 set. 2019a.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO/SEDUC - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **FAQ: #Aluno e #Professor, saibam tudo sobre o Inova Educação**. Disponível em: <<https://www.educacao.sp.gov.br/noticias/1552665/>>. Acessado em: 15 set. 2019b.

HELOANI, Roberto. **Modelos de gestão e educação** - gerencialismo e subjetividade. São Paulo: Cortez, 2018.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Editora Planta, 2004.

MÉSZÁROS, Istvan. **Teoria da Alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

NERI, Chico; SALA, Mauro. Novotec: governo Doria prepara a rede estadual paulista para a reforma do Ensino Médio. **Esquerda Diário**, 20/08/2019. Disponível em: <<http://www.esquerdadiario.com.br/Novotec-governo-Doria-prepara-a-rede-estadual-paulista-para-a-reforma-do-Ensino-Medio>>. Acessado em: 15 set. 2019.

SALA, Mauro. Competências socioemocionais e a ideologia burguesa na escola. **Esquerda Diário**, 3 de agosto de 2017. Disponível em: <<http://www.esquerdadiario.com.br/Competencias-socioemocionais-e-a-ideologia-burguesa-na-escola>>. Acessado em: 06 set. 2019.

SALA, Mauro. Precarização do trabalho e da educação: o que os cortes na educação tem a ver com a Reforma da Previdência? **Semanário Ideias de Esquerda**, 26 de maio de 2019c. Disponível em: <<http://www.esquerdadiario.com.br/Precarizacao-do-trabalho-e-da-educacao-o-que-os-cortes-na-educacao-tem-a-ver-com-a-Reforma-da>>. Acessado em: 06 set. 2019.

SALA, Mauro. Como o governo Doria está implementando a BNCC na rede estadual paulista? **Esquerda Diário**, 29 de agosto de 2019a. Disponível em: <<http://www.esquerdadiario.com.br/Como-o-governo-Doria-esta-implementando-a-BNCC-na-rede-estadual-paulista>>. Acessado em: 15 set. 2019.

SALA, Mauro. Novotec, BNCC e os caminhos para a Reforma do Ensino Médio na rede estadual paulista”. **Esquerda Diário**, 30 de agosto de 2019b. Disponível em: <<http://www.esquerdadiario.com.br/Novotec-BNCC-e-os-caminhos-para-a-Reforma-do-Ensino-Medio-na-rede-estadual-paulista>>. Acessado em: 15 set. 2019.

SALA, Mauro. Que tipo de formação profissional o Novotec oferecerá?”. **Esquerda Diário**, 04/09/2019c. Disponível em: <<http://www.esquerdadiario.com.br/Que-tipo-de-formacao-profissional-o-Novotec-oferecera>>. Acessado em: 15 set. 2019.

SANTINHO, Evandro. **O dualismo de novo tipo no processo de expansão das escolas técnicas do Centro Paula Souza no Estado de São Paulo no período de 2004-2016**. Dissertação de mestrado, Unicamp, 2018. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/331979>>. Acessado em: 06 set. 2019.

SENNÁ, Viviane. “Caminhos para o salto na educação”. **Folha de São Paulo**, 17/01/2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opinia0/2017/01/1850403-caminhos-para-o-salto-na-educacao.shtml>>. Acessado em: 06 set. 2019.

Sites:

<<http://www.novotec.sp.gov.br>>

<<http://www.ppa.sp.gov.br/ppa2023/ProjetoLei>>

Submetido em: 28/09/2019.

Aprovado em: 20/10/2019.